

Revista dos **Bancários**



**UNIDADE E
RESISTÊNCIA**



Índice

4. Editorial
6. Principais conquistas e direitos
8. Estratégia acertada
9. Riscos da reforma trabalhista eliminados
10. Assembleias lotadas abrem e encerram campanha
12. Bancários também mantêm direitos
14. Organização sindical fortalece a luta
15. Comando Nacional
26. Ganhos dos trabalhadores aquecem a economia
28. Emprego precarizado não
29. O processo de negociação
30. 20ª Conferência dos Bancários
32. Só a luta garante
34. Mesas Temáticas
37. Defesa dos Bancos Públicos

Estratégia, união e firmeza de propósitos

No início da Campanha Nacional Unificada 2018, em junho, os bancários apontaram, em consulta nacional, suas principais preocupações. A primeira, com 25% das respostas, era o aumento real. Logo depois, praticamente com a mesma importância, vinha a manutenção dos direitos, com 23%.

O cenário não se mostrava fácil. Desde o golpe de 2016, os trabalhadores vêm perdendo direitos, empregos, massa salarial, poder de compra. Mais que tudo, vem perdendo a tranquilidade. Seria a primeira Campanha Nacional após a aprovação da reforma trabalhista. Havia o temor de que os bancos promovessem um esfacelamento de nossa Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), com a consequente perda de direitos. Além disso, as demais categorias não estavam obtendo sucesso em suas negociações.

O mesmo foi tentado com nossa categoria. Desde o início os bancos queriam reduzir direitos e ofereciam índice de reajuste que não garantia aumento real.

No entanto, no dia 31 de agosto, um dia antes da data base da categoria, quando encerraria a vigência da CCT 2016/2018, os sindicatos assinaram com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma nova convenção, com validade até 31 de agosto de 2020. O aumento real (de 1,31% para 2018 e de 1% para 2019) e manutenção de todos os direitos estavam garantidos.

Além da CCT com aumento real e manutenção de direitos até 2020, os bancários também garantiram um modelo de organização sindical e de financiamento que ajudarão a preservar a luta em defesa dos trabalhadores.



Também foram conquistados novos direitos. Por exemplo, o adiantamento dos valores das férias poderá ser descontado em até três vezes.

Outra conquista é a garantia da realização do 3º Censo da Diversidade Bancária, que possibilita a melhoria das políticas que visam a promoção da igualdade e contra o preconceito.

A manutenção da mesa única de negociações com bancos públicos e privados também pode ser considerada uma conquista. A unidade fortalece a categoria. Neste mesmo sentido, também foi importante a garantia dos direitos para os trabalhadores considerados hipersuficientes (aqueles que têm nível superior de ensino e ganham mais do que dois pisos do INSS – R\$ 11.291,60). A nova legislação trabalhista permite que as empresas negociem diretamente com esses trabalhadores. Eles corriam o risco de perder diversos direitos, entre eles a PLR.

A vitória foi obtida com muita luta, depois de 10 rodadas de negociações. O resultado somente foi possível devido ao acerto na estratégia adotada, com a antecipação da campanha e a unidade nacional, que se manteve firme em seus propósitos de manutenção dos direitos e aumento real.

Com o acordo de dois anos, o aumento e os direitos da CCT estão garantidos até 31 de agosto de 2020. Diante dos resultados das eleições, com a vitória de um projeto que nunca escondeu seu caráter de redução do papel do Estado e dos direitos trabalhistas, essa vitória se engrandece ainda mais.

Mas, esse mesmo resultado das urnas impõe aos bancários e à toda a classe trabalhadora, a necessidade de se manter em constante mobilização. Temos que nos unir e nos preparar para estarmos à frente da organização, da luta e da resistência contra todas as propostas que possam vir a prejudicar os trabalhadores de forma geral e a categoria bancária em específico.

O movimento sindical bancário está nas ruas, há anos, defendendo cada conquista que hoje faz parte da nossa CCT: PLR; vales; auxílios; licença-maternidade e paternidade ampliadas; cada centavo de aumento real; cada emprego recuperado; cada assédio coibido; cada direito conquistado e preservado.

Queremos ser valorizados pelo nosso trabalho. Queremos manter nossos direitos, viver em um país onde todos sejam respeitados e tenham liberdade para se expressar. Por isso, não podemos aceitar que o ativismo dos movimentos sindical e sociais seja condenado pelo simples fato de eles lutarem contra a retirada de direitos e pelo desejo de verem as demandas da classe trabalhadora atendidas.

Vamos manter nossa união e estarmos sempre preparados para resistir contra os ataques aos nossos direitos e ao desmonte das empresas e bancos públicos. É fundamental mostrarmos à sociedade e ao Congresso Nacional a importância das empresas e, sobretudo, dos bancos públicos.

Os sindicatos desempenham tarefa imprescindível neste sentido e contam com a participação de cada um dos trabalhadores, desde a construção das estratégias de organização e resistência, até o enfrentamento do dia a dia da luta em defesa dos seus direitos. Juntos somos mais fortes!

Juvandia Moreira Leite

Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT)

Resultado da consulta à categoria

Aumento real -----	25%
Manutenção de direitos / Defesa da CCT ---	23%
Combate ao assédio moral / metas abusivas	18%
Garantia de emprego -----	15%
Impedir a terceirização -----	14%
Aumentar a PLR -----	11%
Melhorar as condições de trabalho -----	8%
Mais segurança nas agências -----	5%
Igualdade de oportunidades -----	4%

Principais conquistas e direitos mantidos



Todos os direitos da CCT garantidos para todos até 2020

Reposição total da inflação e aumento real por dois anos (1,31% em 2018 e 1% em 2019)

Manutenção da mesa única de negociação, com bancos públicos e privados: bancos cogitaram acabar com o nosso modelo de negociação

Manutenção da PLR integral para bancárias em licença-maternidade, ou adotantes, e para os afastados por doença ou acidente: os bancos queriam retirar esse direito

Saúde Caixa para todos e sem aumentos no valor pago pelos bancários: a Caixa já havia enviado comunicado informando os reajustes

Manutenção da PLR Social: a Caixa queria retirar esse direito

Direito a parcelar em até três vezes o adiantamento de férias, que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso

Garantia da realização do terceiro Censo da Diversidade. O levantamento, já realizado nos anos de 2009 e 2014, é fundamental para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades

Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco. Os demais terão prazo para solicitar o pagamento

Cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento. A Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT. Após pressão, manteve-se o mínimo de 55%

Mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, como forma de reduzir a pressão por metas: os bancos queriam retirar esse direito

Mantido o salário substituto (cláusula 5ª) e a cláusula do vale-transporte, com 4% de desconto sobre o salário base: os bancos queriam retirar esse direito

Os bancários e as bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche: os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias

Mantida a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª): os bancos queriam retirar esse direito

Mantido a cláusula 69, do vale-cultura, conforme queriam os trabalhadores, para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa

Manutenção da complementação do salário dos afastados por doença: os bancos queriam reduzir o período de complementação do salário dos afastados por doenças, de dois anos, e ainda incluir um prazo de carência para a nova complementação entre um benefício e outro

Bancários do Banco do Brasil e da Caixa e demais bancos públicos serão, possivelmente, os únicos empregados de empresas públicas que terão aumento real garantido em 2018 e 2019

Hipersuficientes garantidos na CCT

São cerca de 91 mil trabalhadores da categoria que têm curso superior e ganham mais de R\$11.291,60 (dois tetos do INSS). A nova legislação trabalhista permite que os bancos negociem diretamente com eles, sem a participação dos sindicatos. Isso os deixaria expostos ao risco de perder diversos direitos, como a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

A CCT assinada após a Campanha Nacional 2018 impediu que eles ficassem expostos a esses riscos.

Estratégia acertada

A antecipação da campanha, a unidade nacional e a força da nossa organização e mobilização fizeram os bancos recuar na retirada de direitos e deram ao Comando Nacional dos Bancários tempo para pressionar a Fenaban na mesa de negociação.

Foram dez rodadas, sendo que a última tomou toda a semana entre os dias 21 e 27 de agosto. Todos os integrantes do Comando permaneceram em São Paulo para pressionar por uma proposta decente que pudesse ser apresentada aos trabalhadores.

Os bancos haviam se comprometido, quando da entrega da pauta de reivindicações, em 13 de junho, a encerrar a campanha antes de vencida a data-base dos bancários (1º de setembro). Os representantes dos trabalhadores deixaram claro que aquela seria a semana derradeira. Sem uma proposta decente, os bancos estariam rompendo o compromisso assumido.

A pressão valeu e os sindicatos garantiram os avanços e reivindicações estabelecidos pela categoria em consulta – e referendados pela Conferência Nacional. Aumento real, garantia de todos os direitos da CCT para todos, manutenção da mesa única de negociação, respeito aos direitos dos trabalhadores e aos empregos.

Toda essa organização, mobilização e união, apoiada pela categoria, resultou numa campanha vitoriosa, sem a necessidade de fazer greve em um ano de conjuntura ruim e muita perseguição à classe trabalhadora.



Riscos da reforma trabalhista eliminados

O desmonte trabalhista do pós-golpe colocava em risco 43 das 71 cláusulas da CCT 2016/2018 dos bancários (61%). As ameaças afetavam cláusulas de Disposições Gerais (3); Emprego (13); Igualdade de Oportunidades (4); Liberdade Sindical (5); Remuneração (11), Saúde e Condições de Trabalho (7).

A renovação da CCT até setembro de 2020 garante todos os direitos da categoria e possibilita aos bancários investir na luta em defesa dos empregos, dos bancos públicos, da democracia e contra toda forma de precarização dos postos de trabalho.





Bancários enchem a Quadra, em São Paulo, para deliberar sobre proposta dos bancos.



Assembleias lotadas abrem e encerram campanha



De Norte a Sul,
de Leste a Oeste,
categoria decide
os rumos da
Campanha.

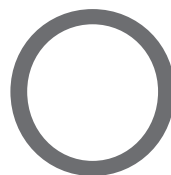


Financiários também mantêm direitos

Os financiários também assinaram um acordo extremamente positivo para a categoria. O movimento sindical conquistou um reajuste de 3% (aumento real de 1,22%) em 2018 e 1% de aumento real em 2019. O acordo, que foi aprovado em assembleias realizadas em todo o país no início de outubro, também garantiu a manutenção de todos os direitos por dois anos e novas conquistas, como o parcelamento do adiantamento de férias.

Outro ponto positivo do acordo foi a criação de comissões paritárias para refletor sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e sobre o enquadramento como financiários de trabalhadores que oferecem crédito em lojas e concessionárias, além da regulamentação do trabalho aos sábados, domingos e feriados. As comissões começam a se reunir em março de 2019.





Os sindicatos de bancários do país possuem uma taxa média de sindicalização superior a 50%. Isso mostra o apoio da categoria às suas entidades de representação sindical e a compreensão da necessidade da manutenção da luta em defesa dos trabalhadores.

Contribuição negocial aprovada pelos trabalhadores



“Os bancários reconhecem a importância da atuação de seus sindicatos. Sabem que é preciso recursos para realizar as atividades de mobilização e de negociação que garantem e conquistam direitos para os trabalhadores. Por isso, aprovaram em assembleias cheias o desconto da contribuição negocial”.

*Sergio Takemoto, secretário de
Finanças da Contraf-CUT*

Em negociação com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), o Comando Nacional dos Bancários construiu um modelo de financiamento sindical autônomo, com contribuição dos bancários. O modelo prevê desconto de somente 1,5% do salário, uma vez ao ano (na data base, 1º de setembro), com valor mínimo de R\$ 50 e valor máximo de R\$ 250, mais o desconto de 1,5% na PLR, com valor máximo de R\$ 210. Os trabalhadores aprovaram esse modelo em assembleias realizadas em todo o país.

No modelo anterior, determinado por lei, os trabalhadores pagavam 3,33% do salário todo mês de março, a título de imposto sindical, mais uma taxa assistencial que tinha 91 regras distintas (de acordo com cada sindicato) e chegava a até 6,66% do salário.

Ou seja, com a nova contribuição negocial aprovada em assembleias, os bancários pagarão menos do que pagavam antes com a soma da taxa assistencial e do imposto sindical.

Esse formato contempla o modelo preconizado pela CUT, de manutenção da luta com contribuições definidas e aprovadas em assembleias pelos trabalhadores.

Organização sindical fortalece a luta

Conquista da Categoria

Uma das grandes conquistas da Campanha Nacional Unificada 2018 foi a CCT de Organização Sindical, que garantiu o direito de representação dos bancários, notadamente diante de uma reforma que busca enfraquecer a organização dos trabalhadores.

Assim, a partir de agora, está garantida a manutenção da luta pelos direitos dos bancários.

A Contraf-CUT é o órgão de representação dos trabalhadores do ramo financeiro de todo o país. É uma das coordenadoras do Comando Nacional responsável pelas negociações tanto com a federação dos bancos (Fenaban), quanto com a das financeiras (Fenacrefi).

Bancários cutistas de todo o país se reúnem e definem o plano de ações. Foi isso o que realizaram nos dias 6 a 8 de abril de 2018, no 5º Congresso da Contraf-CUT, quando elegeram uma nova diretoria e definiram as estratégias de atuação para a construção de um "Projeto organizativo do ramo" e do "Brasil que queremos".

O destaque do Congresso foi a unidade em torno da luta contra os golpes à democracia e à classe trabalhadora e o apelo para que a unidade fosse reproduzida nas bases, como única forma de vencer aquele que seria um dos principais desafios de 2018: manter os direitos previstos nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) dos bancários e dos financeiros em sua primeira negociação após a entrada em vigor da reforma trabalhista.

O Congresso também definiu a defesa da mesa única de negociações dos bancários; a luta pela renovação da Convenção Coletiva de Trabalho, mantendo seu caráter nacional e a integralidade das conquistas da categoria; da renovação também os acordos específicos, sem perda de conquistas; e ainda que a campanha fosse focada na defesa do emprego, dos bancos públicos e do papel social dos bancos, além do fortalecimento da representação da categoria.

O 5º Congresso da Contraf-CUT refletiu ainda sobre o futuro do trabalho frente aos avanços tecnológicos; sobre o país e o sistema financeiro que queremos; e sobre o projeto organizativo dos trabalhadores do sistema financeiro e as ações que a categoria terá que desenvolver para se contrapor aos prejuízos causados à classe trabalhadora.



Comando Nacional dos Bancários



“

Com uma estratégia acertada, união e determinação conseguimos nos contrapor à nova lei trabalhista que prejudica os trabalhadores, evitamos a perda de direitos e conquistamos aumento real para a categoria. Precisamos manter essa mesma disposição para defender os bancos públicos de eventual privatização total ou venda de áreas estratégicas e enfrentar qualquer tentativa de ataque aos nossos direitos e iniciativas que levem ao desemprego.”

Juvandia Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários



Centro Norte



“

“Num momento em que vivemos um período de grandes retrocessos para a classe trabalhadora, a categoria bancária sai fortalecida de mais uma campanha salarial vitoriosa. Por isso, aproveitamos o momento para conclamar a categoria a se engajar na luta para mantermos nossas conquistas”.

Edson Azevedo dos Anjos Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Estado do Amapá



“

A CCT que assinamos em 2018 torna-se ainda mais importante com o resultado da eleição, já que garante aumento real também para o próximo ano e os direitos até 2020, diante da mais difícil conjuntura que os trabalhadores enfrentarão desde a redemocratização. O próximo governo aliará uma dura política neoliberal com violenta repressão, visando destruir tanto os direitos como a organização dos trabalhadores. Temos que nos preparar para enfrentar esse período de trevas.”

Cleiton dos Santos, presidente da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN)



“

“Mesmo em um cenário de recessão, desemprego, terceirização e retirada de direitos, garantimos uma Convenção Coletiva com todos os direitos e ganho real. Mas, é preciso manter a mobilização. Motivos não faltarão para lutar. Teremos grandes desafios: barrar a reforma da Previdência, o fim do Ministério do Trabalho, a privatização dos bancos públicos, dentre outros.”

Clodoaldo Barbosa, presidente do Sindicato dos Bancários do Mato Grosso



“

“A Campanha Nacional 2018 ocorreu em uma conjuntura difícil, impactada pela reforma trabalhista. Mas com muita luta e unidade, construímos um acordo com aumento real e todos os direitos garantidos por dois anos. Teremos desafios ainda maiores pela frente, com o avanço do discurso privatista e contra a classe trabalhadora. Por isso, convocamos os bancários para intensificarmos a defesa das nossas conquistas e das empresas públicas, a exemplo da Caixa”.

Jair Pedro Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)

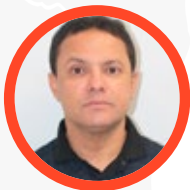
“



“O ano de 2018 é ímpar na história de resistência do movimento sindical bancário. Um ano depois da malfadada ‘Deforma Trabalhista’, que trouxe retrocessos na garantia de direitos e promoveu intervenção na correlação de forças ‘Capital x Trabalho’, atingimos muitos objetivos traçados na Conferência Nacional e considero o principal deles manter a unidade da categoria em negociação e contratação unificada para bancos públicos e privados.”

Eduardo Araujo de Souza, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

“



“Apesar dos desafios que enfrentamos nos últimos anos, após a ascensão de um governo reconhecidamente inimigo dos trabalhadores, celebramos as conquistas obtidas em nossas recentes campanhas, pois mesmo quando o cenário era de total desesperança, ainda conseguimos manter nossos direitos até 2020. E é com essa certeza de que, somente unidos e por meio da luta, estaremos prontos para enfrentar os ataques que possam vir também deste novo governo.”

José Pinheiro de Oliveira, presidente do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia

“



“Nossa categoria construiu mais uma Campanha Nacional vitoriosa em 2018, com ganho real nos salários, que é uma conquista fundamental na conjuntura que vivemos. Sabemos que teremos duros embates em 2019, por isso, será fundamental nossa unidade democrática na construção da resistência em defesa dos nossos direitos e de novas conquistas”.

Gilmar Santos, presidente do Sindicato dos Bancários do Pará.

“



“Com a aprovação da reforma trabalhista, sabíamos que o cenário seria desfavorável para os trabalhadores. Sentimos isso nas negociações deste ano, com ameaças de retirada de direitos conquistados ao longo dos anos, e no dia a dia, o bancário também sentiu na pele os efeitos da reforma, com cobrança de metas, assédio, demissões e até fechamento de postos de trabalho e agências. Mas, com luta, organização e unidade renovamos nossos acordos sem nenhum direito a menos.”

Edvaldo Barros, presidente do SEE-BCG-MS (Sindicato dos Bancários de Campo Grande-MS e Região)

NOTÍCIAS



Nordeste

“



“A ordem é manter a classe trabalhadora unida, preparada para a luta, nas ruas, nos locais de trabalho, nas cidades e no campo contra a retirada de direitos e em defesa da democracia. O desafio é grande, mas vamos continuar nossa trajetória de luta, conclamando a categoria a manter a mobilização e a resistir a todo e qualquer ataque. Agora mais do que nunca é lutar e resistir”

Carlos Eduardo Bezerra, presidente da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste e presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará

“



“A resistência sempre foi a essência de toda nossa luta e a partir de 2019 deverá ser revigorada para enfrentarmos os desafios postos por um capitão mediano ultraliberal que já anunciou medidas nefastas, como a privatização dos bancos públicos. Vencemos com muita coragem mais de 20 anos de golpe militar no Brasil e não será um governo entreguista e elitista que nos fará fraquejar por nenhum instante sequer na defesa dos nossos direitos. Somos a flor da resistência e nada nos deterá!”

Suzineide Rodrigues, presidenta do Sindicato dos Bancários de Pernambuco

“



“As eleições 2018 formaram o Congresso mais reacionário dos últimos anos e leva ao Palácio do Planalto um governo neoliberal e autoritário, que vai privatizar e desnacionalizar a economia, diminuir e até extinguir direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Precificaram as empresas públicas, anunciaram o fim do Ministério do Trabalho e a criminalização dos movimentos sindicais e sociais. Portanto, temos que resistir contra essa barbárie!”

Marcelo Alves, presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba

“



“O Brasil está vivendo a maior crise institucional e política desde o golpe de 1964. Uma elite irresponsável e gananciosa, aliada a setores conservadores da sociedade, destruiu as conquistas sociais implementadas no país depois de 2003 e agora ameaça à democracia, o patrimônio público e os direitos dos trabalhadores. A unidade do movimento sindical é fundamental para enfrentar a agenda regressiva dos inimigos da classe trabalhadora.”

Hermelino Neto – presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe



“

“Depois do duro golpe parlamentar, as eleições de 2018 no Brasil representaram a vitória das classes dominantes, que apostam no aprofundamento do projeto neoliberal. O movimento sindical não cruzará os braços. A resistência será possível com ampla frente democrática para lutar contra o arbítrio, pela aposentadoria, CLT, liberdade e o fortalecimento das empresas, bancos públicos e sindicatos. Precisamos reagir juntos na defesa da soberania e desenvolvimento nacional”.

Ivânia Pereira, presidenta do Sindicato dos Bancários de Sergipe.



“

“Mesmo diante de uma conjuntura muito desfavorável, com desafios imensos e ameaça de perda de direitos, a categoria logrou êxito e fechou sua Convenção Coletiva de Trabalho com louvor. Isso só foi possível graças a uma estratégia correta e uma imensa capacidade de luta e articulação. Na prática, conseguimos derrotar a famigerada Lei 13.467 (reforma trabalhista). Servimos de exemplo e referência para toda a classe trabalhadora.”

Márcio dos Anjos Silva, presidente do Sindicato dos Bancários de Alagoas



“

“Essa campanha foi difícil. Se do nosso lado a premissa era manter todos os direitos e avançar em novas conquistas, o patronato pensava o contrário. Conseguimos, na convenção coletiva e acordos aditivos, manter cláusulas que traduzem a manutenção dos direitos e segurança dos bancários com mesas permanentes para solidificar essas conquistas. A persistência nas negociações produziu esse resultado. Reforçaremos nossa luta e a palavra-chave é união.”

José Arimatéa de Sousa Passos, presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí



“

“Em meio a um forte ataque aos nossos direitos, conseguimos preservar a nossa Convenção Coletiva e os Acordos específicos. Nossa coragem e capacidade de organização foram fundamentais. Já enfrentamos momentos difíceis ao longo da nossa história. Com unidade e participação dos trabalhadores vamos virar o jogo e impedir os retrocessos.”

Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicatos dos Bancários da Bahia (Seeb/BA)



Sudeste

“



“A Campanha 2018 foi a primeira renovação da CCT dos bancários e acordos específicos depois do início da vigência da lei 13.467/2017, conhecida como “reforma trabalhista”, que tenta desestruturar a organização dos trabalhadores e desregular as relações de trabalho. Neste cenário desfavorável, os bancários conquistaram a renovação da CCT e dos ACTs, mantendo direitos inclusive para os chamados hipersuficientes e garantindo aumento real.”

Aline Molina, presidenta da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (Fetec-CUT/SP)



“A igualdade de oportunidades é uma reivindicação da categoria e um eixo de resistência contra a reforma previdenciária que atinge a todos os trabalhadores, principalmente aqueles que são marginalizados aos postos de trabalho mais precários e desprotegidos. Faremos o Censo da Diversidade em 2019 para mapear a categoria e verificar discriminação de gênero, raça e pessoas com deficiência. Vamos juntos fortalecer nossa luta com oportunidades iguais.”

Ivone Silva, presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

“



“A campanha foi atípica e marcada por grandes dificuldades, com a reforma trabalhista já em vigor. Mas, mais uma vez a categoria soube mostrar união e o desfecho é positivo, com a garantia de direitos por dois anos. Agora, com o resultado das eleições, temos novos desafios a enfrentar, como a Previdência. Sabemos que juntos somos mais fortes, e estaremos nos sindicatos e nas ruas organizando essa ampla resistência em defesa dos trabalhadores.”

Belmiro Moreira, presidente do Sindicato dos Bancários do ABC

“



“Está provado que somente a luta de bancárias e bancários poderá assegurar as nossas conquistas. Assim foi durante a nossa Campanha Nacional 2018, quando, num cenário de retirada de direitos, com a reforma trabalhista que precariza empregos e ataca a organização dos trabalhadores, os bancários mostraram mais uma vez sua força, garantindo todas as conquistas históricas da categoria na CCT e ainda um reajuste de 5%, com aumento real de 1,31%.”

Eliana Brasil, presidenta do Sindicato dos Bancários de BH e Região

“



“Diante do quadro que estamos vivendo de retirada de direitos trabalhistas, podemos sim considerar vitorioso o acordo da nossa categoria. Hoje tenho mais convicção ainda que a decisão de ser por dois anos foi um acerto. Conseguimos manter os direitos fundamentais e somos uma das poucas categorias que conquistou aumento real. Nossa luta segue firme e forte como sempre foi fazendo oposição com responsabilidade sempre em prol das bancárias, dos bancários e em defesa da democracia.”

Adriana Nalesso, presidenta Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro

“



“Foi uma campanha difícil, demorada, a primeira após a reforma trabalhista. Estávamos sob ameaça, ainda percebendo as consequências dessa reforma. A lucratividade do sistema financeiro não dava justificativa para não garantir nossas reivindicações econômicas e de condições de trabalho, mas sabemos que para isso é preciso fortalecer nossa luta e nossa unidade. Essa tarefa agora é ainda maior, para conseguir enfrentar essa conjuntura adversa.”

Jonas Freire Santana, coordenador geral do Sindicato dos Bancários/ES

“



“A campanha nacional da categoria na minha opinião foi vitoriosa. Quebrou alguns paradigmas da reforma trabalhista imposta ao trabalhador brasileiro. A questão social a gente vai ter que aguardar um pouco agora para ver como é que anda o país. O primeiro grande desafio nosso é a Previdência. Temos que garantir que se houver uma reforma que ela seja boa para o trabalhador e não com retirada de direitos, como pretende o novo governo que está se instalando hoje no país.”

Reginaldo Lourenço Breda, 1º Secretário da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Feeb-SP/MS)

“



“A estratégia do Comando Nacional em antecipar a deflagração da Campanha para não ultrapassar a data-base, mostrou-se acertada, assim como a mesa única. Após dois meses de preparação à 20ª Conferência e três meses de negociação, históricos direitos foram mantidos na CCT 2018-2020 e, inclusive, estendidos aos trabalhadores hipersuficientes. Em tempos de retirada de direitos, fomos vitoriosos”.

Ana Stela Alves de Lima, presidenta do Sindicato dos Bancários de Campinas e Região

“



“A Campanha Nacional Unificada 2018 representa a união, mobilização e determinação dos trabalhadores. Com ela garantimos a reposição da inflação, aumento real e a manutenção dos direitos de nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Foi uma vitória dos mais de 400 mil trabalhadores de bancos públicos e privados de todo o Brasil. Temos que comemorar e ressaltar a importância de termos sindicatos fortes e comprometidos com a luta dos trabalhadores.”

Magaly Fagundes, presidenta da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro de Minas Gerais (Fetrafi/MG)

“



“Na primeira Campanha Nacional realizada após a nefasta reforma trabalhista, apesar da conjuntura socioeconômica e política tão adversa a nós, conseguimos assinar uma CCT que garante, por dois anos, os direitos e as conquistas dos bancários e bancárias, com aumento real. Nossa categoria sempre esteve na vanguarda da luta dos trabalhadores brasileiros e tenho a certeza de que, unidos, continuaremos firmes e fortes para enfrentarmos os grandes embates futuros.”

Nilton Esperança, presidente da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Fetrafi RJ/ES)



Sul

“



“As políticas de austeridade, aplicadas em vários países mundo afora e implementadas nos últimos dois anos aqui no Brasil, aliadas à retirada de direitos, têm causado profundos prejuízos aos trabalhadores e uma convulsão no mundo do trabalho. A aproximação entre trabalhador e sindicato é fundamental para resistirmos e retomar nossos direitos e conquistas. Continuamos acreditando no poder de organização e transformação do sindicato e na sua capacidade de reverter esta dura realidade!”

Junior Cesar Dias, presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Estado do Paraná (Fetec-CUT/PR).

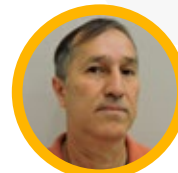
“



“Esta Campanha Nacional foi, sem dúvida, a mais emblemática das últimas décadas por toda conjuntura que se acercava dela, que nos apontava para uma campanha extremamente difícil, temores que se confirmaram no decorrer da negociação. Novamente prevaleceu o preparo, a competência e a determinação da coordenação e do Comando para arrancarmos um acordo que, pela conjuntura, é ótimo para nossa categoria e um referencial para as demais.”

Elias Hennemann Jordão, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região

“



“A Campanha Nacional mostrou que, com unidade e mobilização, podemos resistir aos retrocessos e avançar. Vamos lutar para defender empregos, os bancos públicos e ampliar direitos. Nossa tarefa também é mostrar aos(as) bancários(as) a importância de fortalecer a nossa base e que a democracia é um valor fundamental na luta contra ataques às conquistas. Os sindicatos estão mais importantes do que nunca na vida dos trabalhadores”.

Everton Gimenes, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região

““



“A Campanha Nacional de 2018 desenvolveu-se num ambiente de grandes incertezas. A contrarreforma trabalhista do ilegítimo governo Temer foi um duro ataque aos direitos da classe trabalhadora e a organização sindical. O fim da ultratividade dos acordos e convenções era uma grande ameaça aos direitos dos bancários. Porém, com a estratégia acertada e a nossa organização nacional, mantivemos os direitos na Convenção Coletiva para toda categoria. A luta continua!”

Jacir Zimmer, coordenador da Secretaria Geral da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de Santa Catarina (Fetec-SC)

““



“A categoria bancária sempre foi uma referência de luta para o restante da classe trabalhadora e o conjunto dos movimentos sociais. Enfrentou o regime militar e esteve junto na construção para termos eleições diretas no país. E neste momento, em que o neoliberalismo abraça até o fascismo para manter sua hegemonia, esperamos que mais uma vez sejamos exemplo da resistência necessária a esta nova onda que visa descontar a crise do capitalismo nas nossas costas!”

Juberlei Bacelo, diretor de comunicação da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Fetrafi/RS) e membro do Comando Nacional dos Bancários

““



“Não serão pequenos os desafios da categoria nos próximos anos. Antes mesmo de assumir o governo, o presidente eleito e sua equipe já anunciaram que suas prioridades serão a reforma da Previdência, baseada no fracassado modelo de capitalização chileno e a redução dos direitos dos trabalhadores, através da terceirização e da privatização das empresas públicas.”

Marco Silvano, presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região





Bancários ocupam as ruas para lutar contra a reforma da Previdência e para defender os bancos e demais empresas públicas e em defesa dos seus direitos



Ganhos dos trabalhadores aquecem a economia nacional

Os valores recebidos pelos 468 mil bancários de bancos públicos e privados fazem girar a roda da economia. Somente com os 5% de reajuste conquistado para os salários, R\$ 2,5 bilhões são injetados no mercado entre setembro de 2018 e agosto de 2019. O mesmo aumento nos vales alimentação e refeição representará mais R\$ 384 milhões na economia nacional. Os valores pagos a título de PLR despejam mais de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 3,190 bi já pagos em setembro de 2018. Somados, os resultados da campanha dos bancários nestes itens acima, representam quase R\$ 10 bilhões aquecendo a economia brasileira.



A luta continua

A Campanha Nacional dos Bancários 2018 proporcionou vitórias à categoria mas, diante da atual conjuntura e dos resultados das eleições para a Presidência da República e para o Congresso Nacional, é certo que a luta que normalmente temos que realizar precisará ser ainda mais intensa, principalmente em defesa dos bancos públicos, pela manutenção dos direitos e contra a precarização do emprego.

Defesa dos bancos públicos

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e demais bancos públicos, que já estavam sob forte ataque durante o governo Temer, correrão o risco de serem todos privatizados. Esse é o desejo do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Por isso, mais do que nunca, é preciso mostrar para a população a importância dos bancos públicos para o desenvolvimento socioeconômico do país. Mostrar que quem mais pode perder com a privatização dos bancos públicos é a sociedade brasileira. A Caixa, por exemplo, é responsável por mais de 70% do crédito habitacional do país, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste são os responsáveis pelo financiamento do pequeno e médio produtor. Mostrar que os bancos públicos estaduais e regionais são os responsáveis pelo financiamento de projetos de desenvolvimento econômico em suas respectivas esferas.

De olho nos direitos

A Contraf-CUT e suas federações e sindicatos associados estão atentos a qualquer tipo de desrespeito aos direitos que estão definidos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, bem como nos acordos específicos de cada um dos bancos. Os bancários e bancárias de nossas bases sindicais podem contribuir, e muito, com essa tarefa. Em caso de ameaça ou desrespeito a algum dos direitos previstos em nossa convenção, procure um dirigente sindical ou a entidade que representa sua base e denuncie.

A utilização de ferramentas não permitidas para a cobrança ou pressão pelo cumprimento de metas; a exposição de ranking individual de resultados; problemas no retorno ao trabalho após afastamento para tratamento de saúde; a retirada de comunicados sindicais dos quadros de avisos são alguns exemplos de desrespeito aos direitos da categoria que devem ser denunciados.

Emprego precarizado, não

A reforma trabalhista e a Lei da Terceirização irrestrita precarizaram o emprego e as relações de trabalho. Na atual conjuntura, há grande risco de intensificação dos ataques aos direitos da classe trabalhadora e das maiorias marginalizadas.

Os bancários precisam se unir a outras categorias fazer frente a estes ataques e lutar por empregos e direitos. Os trabalhadores não podem ser tratados como escravos. Precisam ocupar as ruas, desenvolver atividades de formação

Pensando nisso, a Central Única dos Trabalhadores está organizando macrosetores sindicais, juntando diversas categorias. Os bancários fazem parte do macrosetor de serviços, juntamente com os trabalhadores de comércio e serviços (Contracs), os jornalistas (Fenaj), os vigilantes (CNTV), os trabalhadores de processamento de dados (Fenadados), em radiodifusão e televisão (Fitert) e em transporte e logística (CNTTL).

Juntos, trabalhadores e trabalhadoras do macrosetor de serviços estão se organizando para formar a militância, fazer pressão social, ocupar as ruas e desenvolver diversas atividades conjuntas para mostrar nossa indignação e lutar contra o massacre da classe trabalhadora.



“A união das categorias é fundamental. Em 2019 vamos realizar encontros estaduais para ampliar nossa organização. A ideia é compartilharmos estruturas para maximizarmos nossas ações políticas, de formação e de trocas de informações e experiências para estarmos mais próximos às nossas categorias ampliar nosso poder de influência na sociedade”.

Vinícius Assunção, vice-presidente da Contraf-CUT



O processo de negociação

A categoria bancária é a única do país a possuir uma Convenção Coletiva de Trabalho que rege, em todo o território nacional, a relação entre os trabalhadores e os bancos públicos e privados. Essa mesa única nacional é uma das maiores conquistas dos bancários, que conseguem se manter unidos e fortalecidos para negociar com os representantes dos bancos.

Tido por outras categorias como um modelo a ser conquistado, essa organização só é possível quando os trabalhadores deixam de lado possíveis diferenças que possam existir entre eles e se unem para lutar por aquilo é comum. Assim, o Comando Nacional dos Bancários consegue reunir 118 sindicatos e 10 federações de diversas centrais sindicais (CUT, Intersindical, CTB e UGT), que juntas representam 94% dos bancários do país, de um total de 467.686 trabalhadores (Rais 2017).

Desde 1992, essa união levou a diversas conquistas para os bancários e bancárias, que reconhecem o trabalho dos sindicatos ligados ao Comando. Não é à toa que eles têm, em média, uma taxa de sindicalização de 52%.

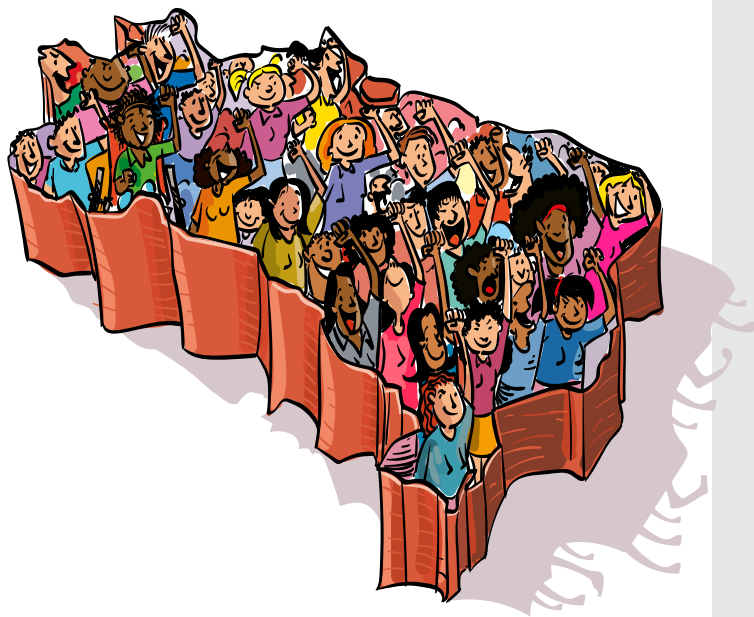
Consulta à categoria

Antes de cada Campanha Nacional a Contraf-CUT e o Comando Nacional dos Bancários elaboram um questionário que é levado às bases pelos sindicatos. Por meio desta consulta, os bancários de todo o país apresentam temas importantes para o debate, suas reivindicações e até o índice de reajuste a ser reivindicado.

Definição da CCT

Assembleias e congressos nas diferentes esferas afinam as reivindicações em suas regiões/estados do país e enviam suas decisões para a Conferência Nacional dos Bancários, onde trabalhadores das diferentes correntes de pensamento definem a pauta de reivindicações a ser entregue para a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que, em negociação com o Comando Nacional dos Bancários, define a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

20^a Conferência Nacional dos Bancários



Juntos
somos
mais

Aumento real para os salários e demais verbas, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com todos os direitos para todos os trabalhadores da categoria; manutenção da mesa única de negociações entre bancos públicos e privados; defesa dos empregos, com a proibição das demissões em massa e a garantia de que nenhum bancário receba PLR menor em 2018 foram algumas das principais reivindicações definidas, na 20^a Conferência Nacional dos Bancários, realizada entre os dias 8 e 10 de junho, com a participação de bancários de todo o país e das mais diferentes linhas de pensamento.

A categoria antecipou seus fóruns de deliberações para entregar com maior antecedência a minuta de reivindicações à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). A grande preocupação era garantir a ultratividade da CCT e, com isso, manter os direitos dos trabalhadores durante o desenrolar das negociações. A categoria decidiu se manter unida em defesa dos seus direitos e na luta por aumento real para os salários e para todas as cláusulas econômicas da CCT.

Reagir ao golpe contra a classe trabalhadora, lutar contra a desigualdade social, contra as privatizações e em defesa da soberania nacional e dos bancos públicos são outras bandeiras definidas na 20^a Conferência Nacional da categoria, que também defendeu a criação de uma contribuição negocial, como mecanismo de participação dos trabalhadores na manutenção dos instrumentos de representação e luta dos trabalhadores.

Acordos Coletivos de Trabalho por banco

A mesa única é fundamental para a conquista de direitos para a categoria. Mas, cada banco também sua mesa específica. As comissões por instituição negociam avanços específicos por bancos, além dos conquistados na mesa única e estabelecem Acordos Coletivos de Trabalho específicos.

Decisão final cabe à categoria

Tanto ao que se refere à CCT, quanto aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs), a decisão se aceita ou não o que foi negociado pelo Comando e pelas comissões de trabalhadores, respectivamente, cabe aos bancários. Em assembleias realizadas em cada um dos sindicatos, os trabalhadores tomam suas decisões. As decisões das assembleias são soberanas.

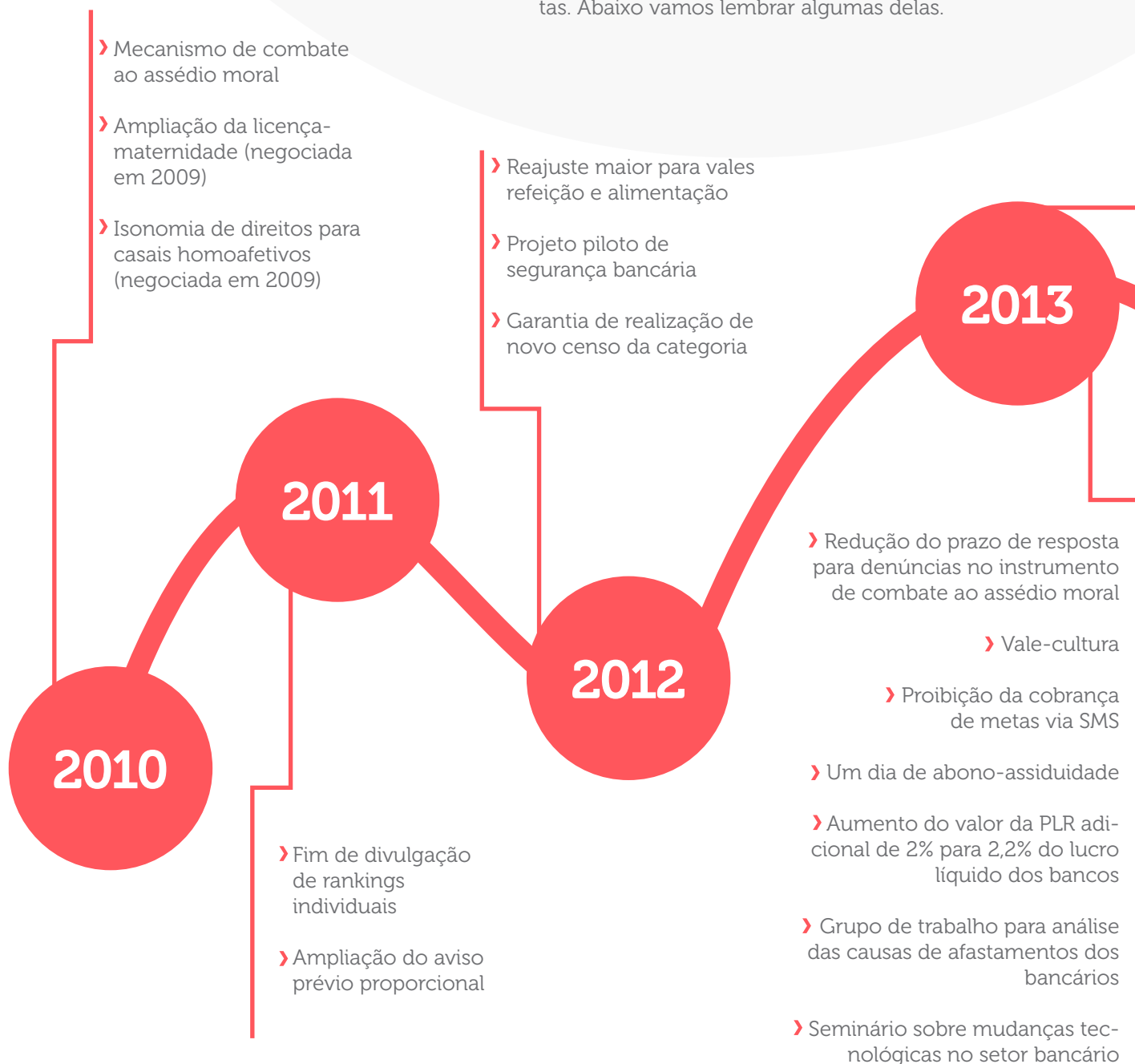


Só a luta garante

Entre 2004 e 2018 o INPC acumulado ficou em 128,5%. O reajuste salarial dos bancários nesse período foi da ordem de 178,3% (aumento real de 21,8%); no piso chegou a 227,7% (aumento real de 43,4%).

Isso não foi dado de mão beijada pelos banqueiros aos trabalhadores. Somente foi possível com a união da categoria para lutar contra as tentativas de arrocho salarial e corte de direitos que os bancos quiseram impor em todos esses anos aos trabalhadores.

Essa luta garantiu não apenas os reajustes com aumento real. A história dos bancários é recheada de conquistas. Abaixo vamos lembrar algumas delas.



PLR sem IR

- › Desde 2013, em decorrência da mobilização de bancários e metalúrgicos, o desconto do Imposto de Renda na PLR está bem menor. Foi construído um abaixo-assinado com mais de 100 mil adesões que culminou em processo de negociação com o Governo Federal e o Congresso Nacional. A luta dos sindicatos garantiu isenção de IR para quem possui renda de até R\$ 6.677,55 (atualizado). Acima desse valor, a tabela progressiva garantiu descontos no pagamento do imposto a todos os trabalhadores.

- › Grupo de trabalho para analisar as causas de afastamento/ adocimento no setor

- › Criação de um grupo de trabalho para analisar critérios de realocação e requalificação nos bancos

- › Estabilidade pré-aposentadoria

- › Licença-paternidade de 20 dias

2015**2014****2016**

- › Bancos pagam os exames de CPA 10 e CPA 20
- › Cláusula que prevê cobrança de metas de forma equilibrada e não abusiva
- › Aprimoramento da cláusula que proíbe cobrança de metas via celular

A Campanha Nacional dos Bancários de 2018 garantiu a manutenção de todos esses e dos demais direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Em uma conjuntura de ataques, a manutenção dos direitos dos trabalhadores de bancos públicos e privados de todo o país até 31 de agosto de 2020 foi uma grande conquista. E ela ainda veio acompanhada de reajuste de 5% (INPC/IBGE mais aumento real de 1,3%) nos salários e em todas demais cláusulas econômicas da CCT para 2018 e aumento real de 1% em 2019.

Mesas temáticas

Além da mesa única de negociações e das específicas por banco, existem outras quatro mesas temáticas para debater questões específicas de Igualdade de Oportunidades; Prevenção de Conflitos (assédio moral); Saúde do Trabalhador; e Segurança Bancária. As mesas se reúnem a cada três meses.

Antes da criação destas mesas, o debate sobre estes temas acabava ficando “espremido” no meio de tantos outros que são discutidos na mesa única de negociações.

Assim, foram criadas essas mesas temáticas para ampliar os debates sobre temas específicos e, quando eles fossem levados para a aprovação na mesa única, a discussão já estivesse amadurecida.

Com isso, diversas das conquistas da categoria são frutos dos debates prévios promovidos nas mesas temáticas.

“



“Não podemos aceitar que as pessoas sejam discriminadas pelo simples fato de serem mulheres, pela cor de sua pele, por ter alguma deficiência, por sua identidade sexual. Na mesa de Igualdade de Oportunidades debatemos propostas para combater esses casos. As informações do 3º Censo da Diversidade Bancária vão nos ajudar neste sentido”.

Elaine Cutis, secretária da Mulher da Contraf-CUT

Igualdade de oportunidades

A mesa debate e levanta propostas que visam a promoção de medidas que orientam a postura de empregados, gestores e empregadores, com vistas à eliminação das desigualdades e discriminações de raça, cor, gênero, idade ou orientação sexual (LGBTQ) nos locais de trabalho.

A categoria foi uma das primeiras a ter incluída em sua Convenção Coletiva de Trabalho uma cláusula com esse intuito.

Também é pioneira na realização do Censo da Diversidade Bancária, uma ferramenta que contribui para o acompanhamento e promoção de ações que visem minorar a discriminação e promover a igualdade de oportunidades para todos. Todos os custos do Censo são de responsabilidade dos bancos.

A primeira edição do censo foi realizada em 2008 e a segunda em 2014. Na Campanha Nacional deste ano ficou acordado que, em 2019, os bancos vão realizar o 3º Censo da Diversidade Bancária.

Segurança bancária

Esta mesa existe desde a primeira Convenção Coletiva de Trabalho elaborada, em 1992. Tem como principal objetivo a elaboração de medidas que buscam a redução dos riscos e aumento da segurança de clientes e funcionários dos bancos.

Exemplos de conquista da categoria nesta área é o direito ao atendimento médico, ou psicológico, logo após a ocorrência de assalto, extorsão mediante sequestro, ou qualquer ataque contra as agências bancárias. O banco é obrigado a registrar Boletim de Ocorrência e comunicar a ocorrência à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa).

Além disso, os bancários conquistaram a representação na Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP), órgão federal comandado pela Polícia Federal, que fiscaliza e aplica multas para as instituições financeiras que descumprem as normas de segurança previstas em lei. A obrigatoriedade da permanência de vigilantes armados e instalação de alarmes; a proibição da guarda das chaves dos cofres; além de itens opcionais, como a instalação de portas-giratórias e biombos, ambos adotados por alguns bancos, são exemplos de conquistas neste âmbito.



“Neste tema temos uma comissão bipartite com a Fenaban, onde avançamos na assistência às vítimas de ataques a banco. E temos a CCASP com Polícia Federal, na qual discutimos inovações em segurança par as agências. Assim, conquistamos mais para os bancários e a população em geral”.

Gustavo Tabatinga, secretário geral da Contraf-CUT



Saúde do trabalhador e Prevenção de Conflitos

A categoria bancária é uma das que mais sofrem com o afastamento para tratamento de doenças ocasionadas em ambiente de trabalho. Por isso, considera o tema “saúde do trabalhador” como um dos mais importantes. Na última consulta realizada às bases, antes da Campanha Nacional 2018, o combate ao assédio moral e às metas abusivas, apontados como os principais motivos do alto índice de adoecimento da categoria, foi o terceiro tema mais citado como prioridade, com 18%, ficando atrás apenas do aumento real (25%) e da manutenção de direitos (23%).

Os casos de Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionado ao Trabalho (LER/Dort) são muito comuns entre os bancários, mas, nos últimos anos, os transtornos mentais e comportamentais têm superado, em número, os casos de LER/Dort.

O adiantamento salarial em caso de afastamento do trabalho (cláusula 57); o combate ao assédio moral (cláusula 53); a complementação da diferença entre o salário pago pelo INSS e o do banco, por 24 meses, aos afastados para tratamento de doença (cláusula 29), são algumas das conquistas obtidas a partir de debates na mesa de saúde do trabalhador.



“A categoria é uma das que mais sofrem com as doenças ocasionadas em ambiente de trabalho, especialmente doenças psíquicas ocasionadas por pressão por resultados, metas inatingíveis e assédio moral. Não bastasse isso, diversos problemas prejudicam o retorno ao trabalho e a readaptação à função. Essa é uma das maiores preocupações dos bancários e, exatamente por isso, é tema constante nas reuniões das mesas sobre saúde do trabalhador e prevenção de conflitos”.

Mauro Salles, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT

Mas, com tantos pontos a serem tratados e debates intensos, a mesa se subdivide em duas: uma geral, sobre saúde do trabalhador, e outra específica, sobre prevenção de conflitos, cuja principal preocupação é a melhoria das condições de trabalho e prevenção do assédio moral, gerado, principalmente, pelo excesso de pressão na cobrança de metas, que trazem como consequência os transtornos mentais.

Conquistas importantes da categoria foram obtidas depois de debates nesta mesa. Um exemplo é a proibição do ranking individual dos funcionários e sua exposição a situações vexatórias.



“Os empregados da Caixa têm história de luta e resistência. Conquistaram o direito a jornada de seis horas e de se organizar nos sindicatos bancários na greve de 85. Durante a década de 90 resistiram à privatização e nos anos 2000 recuperaram direitos retirados na década anterior.

Depois de 2015 se mobilizaram e mantiveram a Caixa 100% pública.

Em 2018 conquistaram a manutenção do Saúde Caixa consignado no acordo e que fosse vedado o descomissionamento da gestante.

Com união e mobilização podemos nos defender dos ataques contra os empregados e a categoria bancária”.
Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal”

Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa Econômica Federal

Defesa das empresas e bancos públicos

A defesa das empresas públicas, em especial dos bancos, é uma das prioridades da categoria definidas na 20ª Conferência Nacional dos Bancários, dada importância que os bancos públicos têm para o desenvolvimento socioeconômico do país, com redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social da população brasileira.

A Caixa Econômica Federal, por exemplo, é a responsável por mais de 70% da carteira de crédito imobiliário do país. Sem a Caixa, programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida, não teriam o mesmo êxito. As taxas e os juros cobrados dos interessados na aquisição da casa própria seriam muito mais altos. Nem todos teriam condições de pagar e sequer teriam acesso ao crédito.

TODOS CONTRA À PRIVATIZAÇÃO
TODOS PELOS
BANCOS PÚBLICOS



Também não podemos esquecer da importância da Caixa para o sucesso do Fies, ProUni, Pronatec, Luz para Todos, Programa Bolsa Família e tantas outras políticas governamentais voltadas à redução da fome, da pobreza e à garantia da dignidade e do acesso das pessoas mais pobres à educação técnica e superior.

O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por sua vez, são os responsáveis pela maior parte da carteira de financiamento agrícola, com prioridade para os pequenos e médios agricultores. Esses produtores são os responsáveis por 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros.



“As constantes reestruturações que vem ocorrendo no Banco do Brasil afetam muito a vida dos funcionários, que estão apreensivos com a possibilidade de privatização, seja de todo o banco ou de segmentos estratégicos. De uma forma ou de outra, o banco é enfraquecido e corre sério risco de ter desfigurada sua atuação como banco público, que contribui verdadeiramente com o desenvolvimento socioeconômico do país”.

Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil



O BNB e demais bancos públicos regionais e estaduais, como o Banpará, o Basa, o Banese, o Barrisul e o Banestes, fomentam os projetos de desenvolvimento regionais.

Pontos semelhantes poderiam ser citados para destacar a importância das demais empresas públicas, como a Petrobras.

Por esse e tantos outros motivos a categoria tem como prioridade a luta em defesa dos bancos públicos.

Revista dos Bancários

Juvandia Moreira Leite (Bradesco/SP)
Presidenta

Vinicius de Assumpção Silva (Bradesco/RJ)
Vice-presidente

Gustavo Machado Tabatinga Junior (Banco do Brasil/CE)
Secretaria Geral

Sérgio Hiroshi Takemoto (Caixa/SP)
Secretaria de Finanças

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)
Secretaria de Comunicação

Jeferson Gustavo Pinheiro Meira (Banco do Brasil/DF)
Secretaria de Relações do Trabalho

Mauri Sergio Martins de Souza (Itaú/SP)
Secretaria de Assuntos Jurídicos

Rosalina Amorim (Banco do Brasil/PA)
Secretaria de Políticas Sociais

Mario Luiz Raia (Santander/SP)
Secretaria de Estudos Socioeconômicos

Fabiana Uehara Proscholdt (Caixa/DF)
Secretaria de Cultura

Elaine Cutis (Bradesco/SP)
Secretaria da Mulher

Roberto Von der Osten (Itaú/PR)
Secretaria de Relações Internacionais

Carlindo Dias de Oliveira (Bradesco/MG)
Secretaria de Organização e Políticas Sindicais

Mauro Salles Machado (Santander/RS)
Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtalo Bruno (Bradesco/SP)
Secretaria de Formação

Fernanda Lopes de Oliveira (Banco do Brasil/SP)
Secretaria da Juventude

Almir Costa de Aguiar (Bradesco/RJ)
Secretaria de Combate ao Racismo



Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000
Fone: (11) 3107-2767

Secretaria de Comunicação

Gerson Carlos Pereira (Bradesco/SP)

Redação e revisão: Claudia Motta, Paulo Flores, Rodrigo Zevzikovas e Andreza Poli

Capa: Alexandre Rolim

Diagramação: Guilherme Hilário (capsula.com.br)

www.contrafcut.org.br

contrafcut@contrafcut.org.br

